

/ PALAVRA DO LEITOR

Massacres nos EUA

É triste o que está acontecendo nos Estados Unidos, com massacres, pessoas atirando em outras sem qualquer motivo aparente (“Tiroteios deixam quase 30 mortos em menos de 24 horas nos EUA”, *Jornal do Comércio*, 05/08/2019). São doentes mentais, dirá a maioria. Mas é um horror e serve de alerta para a liberação de armas aqui no Brasil. Sem a liberação, temos muita insegurança e violência, imaginem com todo mundo podendo comprar uma arma. (Daniele Torres)



Entrevista especial

Parabéns à jornalista Livia Araújo pela excelente entrevista com o engenheiro Luis Roberto Ponte (Entrevista Especial, JC, 29/07/2019), a quem tenho admiração especial. Primeiro, porque Ponte é irmão do professor Frederico Ponte Filho, um querido mestre no curso de Engenharia Química do Ufrgs. Segundo, porque é um empresário do mais alto nível atuando no Rio Grande do Sul (sua origem é cearense) há décadas, sendo exemplo de profissionalismo, empreendedorismo e tenacidade no que fez e continua fazendo, com seus 85 anos de idade. Transmito ao engenheiro Ponte o nosso abraço pelas grandes verdades de sua entrevista embasadas na experiência de sua labuta diária. Concordo com tudo o que ele disse: estimular a iniciativa privada para que cresça e floresça dentro da lei e, por esse caminho, tirar nosso País da miséria, principalmente da ignorância e da falta de cidadania. (Guido Souza Melo, engenheiro químico, sócio fundador da GVM Consultoria e Projetos em Meio Ambiente Ltda.)

FGTS

Dinheiro que entra no bolso da gente sempre é bem-vindo. Mas apenas R\$ 500,00 para sacar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) é uma quantia bem pequena. No total, será muito dinheiro em circulação. Mas primeiro o governo falou que liberaria até 35% do que estava depositado em contas inativas ou ativas, o principal e maior valor. Agora, só R\$ 500,00? (Celina Mantovanni)

Eleições 2020

Parece que o riacho Dilúvio é balneável, que o IPTU é justo e não vai ser aumentado, que as taxas de lixo e de iluminação pública dão retorno satisfatório, que a EPTC não acumula prejuízo de R\$ 677 mil, que, no verão, não falta água na periferia da cidade, que todos os carros roubados são recuperados, enfim parece que Porto Alegre é uma cidade agradavelmente habitável. Ao menos, os nossos políticos estão mais preocupados em se manter ou em ascender no poder público. Enquanto o prefeito investe em busca da reeleição, vereadores se asanham com a possibilidade de assumir o Paço Municipal. Alguns até trocarão de “ideais partidários” se não conseguirem emplacar na legenda. Espertos, já criaram uma tal de “janela”, que permite a troca de partido, ou seja, a infidelidade impunemente. Outros, ainda que nada ou muito pouco realizaram neste mandato, concorrerão à reeleição para manter salário (alto) e mordomias. Aqui, democracia não sustentando renovação. Triste cidade onde a voracidade particular continua se sobrepondo ao interesse público. (Sérgio Becker, Porto Alegre)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Investir mais em turismo de eventos

João Carlos Nedel

A Copa América movimentou R\$ 180 milhões na economia de Porto Alegre. Só com o ISS sobre os 170 mil ingressos comercializados, a prefeitura arrecadou R\$ 1,7 milhão. Os hotéis tiveram taxa de lotação de quase 100%, e os turistas permaneceram, em média, um dia e meio na cidade. Uma pesquisa da Associação Brasileira das Agências de Viagens Corporativas (Abracorp) mostrou que, no primeiro semestre de 2019, o Rio Grande do Sul foi a porta de entrada para 1,1 milhão de turistas internacionais, atrás, apenas, de São Paulo (2,2 milhões) e Rio de Janeiro (1,3 milhão). Além disso, Porto Alegre foi a quinta cidade mais procurada pelos visitantes, sendo o destino escolhido por 3,4% deles.

Atualmente, o turismo é responsável por 6,59 milhões de empregos e por 7,9% do PIB nacional. De acordo com os dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), até 2028, a contribuição do setor para a economia do País deverá crescer em mais de 8%. Por abranger uma diversidade de serviços, o turismo incentiva investimentos desde a área de alimentação até infraestrutura, possibilitando geração de emprego e renda. Ou seja, é uma solução para melhorar as finanças e a estrutura dos municípios.

Porto Alegre é reconhecida pelo turismo de negócio. Está na hora de investir mais em turismo de eventos, promovendo, ao longo do ano, atividades que atraiam turistas, fomentem a ocupação

dos espaços públicos e ofereçam opções de lazer aos porto-alegrenses. É o que a Frente Parlamentar de Turismo da Câmara Municipal (Frentur) está tentando fazer com a promoção de caminhadas que divulgam a Capital, mostrando suas belezas e potencialidades.

A Frentur já realizou o Caminho de Porto Alegre, com peregrinos vindos de mais de 40 municípios; o Caminho dos Santuários; e, no dia 10 de agosto, fará o Caminho Navegantes-IAPI, que celebra o Centenário do Santuário dos Navegantes e relembra toda a cultura do IAPI. Praça Shiga, largo Elis Regina e parque Alim Pedro serão alguns dos pontos que os participantes poderão contemplar, além de ter acesso a toda a história do bairro, que será contada pelos moradores do IAPI.

Caminhando, correndo ou de bicicleta, 300 pessoas irão conhecer e viver mais Porto Alegre. De graça e sem uso de dinheiro público. Esse é mais um passo para que a Capital se torne a Cidade dos Caminhos e tenha atrações e eventos durante todo o ano.

Vereador de Porto Alegre (PP)

Falando sobre a MP da Liberdade Econômica

Pedro Zanetello

Muito se ouve o discurso de que é importante mantermos os direitos trabalhistas. Mas você já parou para pensar se há, de fato, algum ganho real para o trabalhador? Na prática, o trabalhador é obrigado pelo Estado a direcionar parte do seu salário para bancar benefícios básicos, como aviso-prévio, FGTS, INSS. Nesse sentido, os chamados “direitos trabalhistas” são, de fato, direitos ou deveres?

Os chamados direitos trabalhistas são, de fato, direitos ou deveres?

Se um funcionário CLT recebe R\$ 1,3 mil de salário, ele vai custar, ao todo, cerca de R\$ 2.314,00 ao seu empregador. O governo abocanha o salário duas vezes: uma antes mesmo de o trabalhador ver e outra depois que ele recebe, por meio do Imposto de Renda e da Previdência – sim, essa mesma que está falida. Isso tudo nos diz que o Estado se julga mais competente para administrar o dinheiro do trabalhador do que ele próprio.

Em termos figurativos, é como se fosse um pai controlando a mesada do seu filho – porém, nesse caso, o filho já é adulto e trabalha há anos.

Toda a captação dos valores de encargos é direcionada ao governo, e ainda há quem acredite que isso seja um direito trabalhista conquistado.

No caso do FGTS, tais quantias são espoliadas legalmente pelo governo, pagando juros anuais de meros 3%, ao passo que, se o trabalhador tivesse a opção de aplicá-lo em uma poupança, ele renderia cerca de 7% ao ano. Ora, não seria muito melhor o empregador poder direcionar todos esses valores diretamente para seu empregado, e ele ter a liberdade de utilizá-lo da forma que bem entender? Levemos em conta a experiência do início dos anos 1980, realizada pelo governo do Chile: a privatização da seguridade social resultou em diminuição nos encargos médios sobre a folha de pagamento dos trabalhadores do setor de manufatura de 30% para 8,5%.

Essa prática possibilitou que a redução dos encargos fosse repassada integralmente para o salário dos trabalhadores.

Seria imensamente mais vantajoso, tanto para empresas quanto para seus funcionários, que o salário-mínimo fosse dobrado e que fossem eliminados os encargos sociais e trabalhistas. Assim, existiria mais renda nas mãos dos trabalhadores, eles estariam mais motivados, a produtividade aumentaria, isso atrairia mais investimentos externos, e toda a economia seria beneficiada. Um direito não é um direito se você tem a obrigação de fazê-lo. Que tal pensarmos em soluções que forneçam maior liberdade e autonomia para empresas e funcionários, sem que haja a figura reguladora e paternalista do Estado?

Empresário e associado do IEE